

CONTABILIDADE DE CUSTOS E SUAS PECULIARIDADES: UMA FERRAMENTA PARA O AUXÍLIO NA GESTÃO EMPRESARIAL ¹

RIBEIRO FILHO, Marcos Antônio²

RESUMO

A contabilidade de custos foi criada para auxiliar na formação de preços e na tomada de decisão, após grandes mudanças no processo de produção no período da Revolução Industrial. Esse ramo da contabilidade é indispensável desde pequenas até grandes organizações, para a tomada de decisão, redução de custos e análise dos resultados. Para tanto, fornece diversas ferramentas, como: métodos de custeios e análises de custos. A contabilidade de custos e suas ferramentas são de extrema relevância para auxiliar o gestor na tomada de decisão. A partir dessas ferramentas podem ser realizadas análises minuciosas de toda a produção, haja vista que elas ajudam a detalhar a forma com que cada recurso foi alocado aos produtos e também especificar onde há necessidade de mudanças, ou até mesmo, para identificar falhas no sistema de produção. Nesse contexto, este estudo tem como objetivo demonstrar como a contabilidade de custos e suas ferramentas podem auxiliar na tomada de decisão visando o melhor resultado para a empresa. Do ponto de vista metodológico, este artigo foi elaborado utilizando-se da revisão bibliográfica em obras de autores renomados na área de contabilidade de custos e contabilidade gerencial.

Palavras-chave: contabilidade de custos; métodos de custeios; tomada de decisão.

ABSTRACT

Cost accounting was created to assist in price formation and decision making, after major changes in the production process during the Industrial Revolution. This branch of accounting is indispensable from small to large organizations, for decision making, cost reduction and analysis of results. To this end, it provides several tools, such as: costing methods and cost analysis. Cost accounting and its tools are extremely relevant to assist the manager in decision making. From these tools, detailed analyzes of the entire production can be carried out, given that they help to detail the way in which each resource was allocated to the products and also specify where there is a need for changes, or even to identify failures in the production system. production. In this context, this study aims to demonstrate how cost accounting and its tools can help in decision making aiming at the best result for the company. From a methodological point of view, this article was prepared using a bibliographical review of works by renowned authors in the area of cost accounting and management accounting.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso orientado pelo(a) professor(a) Maykon Martins Severo, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis no segundo semestre de 2021, na Faculdade de Inhumas FacMais.

² Acadêmico do VIII período do curso de Ciências Contábeis da FacMais. E-mail: marcosfilho@aluno.facmais.edu.br.

Keywords: cost accounting; costing methods; decision making.

1 INTRODUÇÃO

Com o desenvolvimento econômico após a Revolução Industrial houve grandes mudanças no processo de produção. Com isso, no decorrer dos anos, foi necessário criar ferramentas para a elaboração de preços e para auxiliar na gestão. A contabilidade de custos é derivada da contabilidade geral, justamente pela necessidade de se ter um controle maior sobre os valores a serem atribuídos aos estoques de produtos e, também, pela necessidade de tomar decisões quanto ao que, como e quando produzir.

Até a Revolução Industrial existia apenas a contabilidade financeira, que foi desenvolvida na era mercantilista. Esta era suficiente para suprir a necessidade da época. Conforme Crepaldi e Crepaldi (2017), com o surgimento da indústria, tornou-se bastante complexa a tarefa de avaliar os estoques dos produtos existentes na empresa e por ela produzidos, pelo fato de os produtos incorporarem diversos fatores de produção utilizados para a sua obtenção.

Diante desse problema, foi necessário criar ferramentas para auxiliar na gestão de estoques e na mensuração detalhada dos fatores utilizados na produção. Para isso, foi desenvolvida a contabilidade de custos.

Este artigo tem como objetivo demonstrar como a contabilidade de custos e suas ferramentas podem auxiliar na tomada de decisão visando o melhor resultado para a empresa. Para isso, realizamos um levantamento bibliográfico sobre os princípios da contabilidade aplicados à contabilidade de custos, à classificação de custos, à definição de métodos de custeio e à análise CVL buscando destacar a importância dessa ferramenta na gestão empresarial.

Desse modo, com a amplitude das organizações e a necessidade de mensuração de custos mais precisas, evidenciamos a seguinte questão de pesquisa para o trabalho: Qual a relevância da contabilidade de custos e suas ferramentas no auxílio da tomada de decisão?

2 CONCEITOS BÁSICOS DA CONTABILIDADE DE CUSTOS

A contabilidade de custos é uma ferramenta utilizada para indicar, verificar e apontar os custos dos produtos visando gerar informações claras e rápidas para os gestores. Ela é direcionada para a análise de gastos da organização no decorrer de suas operações e permite planejar, classificar, alocar, acumular, organizar, registrar, analisar, interpretar e relatar os custos dos produtos fabricados e vendidos. De acordo com Crepaldi e Crepaldi (2017), uma organização necessita ter uma contabilidade de custos bem estruturada para acompanhar e atingir seus objetivos em um mercado dinâmico e globalizado.

Segundo Veiga e Santos (2016), a contabilidade de custos é dirigida para a análise dos gastos realizados pelas entidades durante a execução de suas atividades operacionais, contribuindo na tomada de decisões em relação à formação de preço e alternativas entre produção própria e terceirizada. Também contribui na determinação do lucro, processando as informações contábeis; além de possibilitar reunir dados sobre a rentabilidade e o desempenho de diversas atividades da entidade, auxiliando no planejamento, controle e desenvolvimento das operações.

2.1 PRINCÍPIOS CONTÁBEIS APLICADOS A CUSTOS

Conforme Veiga e Santos (2016), os princípios contábeis aplicados aos custos são:

- a) Princípio da realização da receita: ocorre a realização da receita, de forma geral, quando da transferência do produto (bem) ou serviço;
- b) Princípio do custo histórico: os estoques e demais ativos são contabilizados pelo seu valor de aquisição. Esse valor histórico de aquisição é o registro contábil inicial;
- c) Princípio da consistência ou uniformidade: dentro dos meios válidos de contabilização, os registros e procedimentos contábeis deverão ser consistentes, não ocorrendo mudanças de critérios aleatórios. Caso ocorram, deverão estar nas notas explicativas às demonstrações financeiras;

- d) Princípio do conservadorismo ou prudência: o profissional de contabilidade, de modo geral, deverá sempre optar pela forma mais conservadora com relação aos registros contábeis;
- e) Princípio da materialidade e relevância: os padrões de classificação contábil e, mais precisamente, com relação aos custos, deverá se atentar se o benefício será maior que o custo. A aplicação a critérios de rateio, ou de controle dos ativos, apenas ocorrerá nos procedimentos que envolvam materialidade e relevância;
- f) Princípio da competência ou da confrontação entre despesas e receitas: a partir do momento do reconhecimento da receita, deverão ser deduzidos os respectivos custos e despesas relacionados aos esforços realizados para a consecução dessa receita.

Segundo Crepaldi e Crepaldi (2017), os princípios contábeis servem como norteadores para as escriturações dos fatos e transações, bem como para a elaboração de demonstrações contábeis.

2.2 TERMINOLOGIAS VOLTADAS PARA CONTABILIDADE DE CUSTOS

De fato, a contabilidade de custos apresenta aspectos peculiares e utiliza uma terminologia própria que, muitas vezes, é usada com diferentes significados. Assim, torna-se necessário definir o entendimento dessa terminologia de forma a permitir uma uniformização de conceitos (CREPALDI; CREPALDI, 2017).

Crepaldi e Crepaldi (2017) definem as terminologias mais utilizadas na contabilidade de custos:

- a) Gastos: são os desembolsos efetuados por uma entidade com vista à obtenção de um produto ou serviço qualquer relacionado a produção de um bem ou para a obtenção de uma receita. Representados por entrega ou promessa de entrega de ativos (geralmente dinheiro). Somente são considerados gastos no momento em que existe o reconhecimento contábil da dívida ou da redução do ativo dado em pagamento.
- b) Desembolso: quando ocorre de fato o pagamento. Exemplo: pagamento de duplicatas, e o pagamento resultante da aquisição ou produção de um bem, serviço ou despesa. Pode ocorrer antes, durante ou após a entrada da utilidade comprada. É a saída financeira da empresa, entrega de ativos. Pode ocorrer concomitantemente ao gasto (pagamento à vista) ou depois dele (pagamento a prazo);

- c) Investimento: todos os gastos ativados em função da utilidade futura de bens ou serviços obtidos. É realizado na obtenção de um bem para o ativo da entidade, bem este ativado em função de sua vida útil ou porque será atribuído a exercícios futuros. Os investimentos em função da época do retorno são classificados em: circulantes: estoques de matérias-primas e produtos para revenda; permanentes: máquinas, equipamentos e instalações;
- d) Custos: gastos relativos a bens ou serviços utilizados na produção de outros bens ou serviços, sejam eles desembolsados ou não. Só são reconhecidos como custos no momento da fabricação de um produto ou execução de um serviço. Correspondem aos valores gastos com a fabricação dos produtos. A classificação dos custos vai depender do enfoque que for atribuído a ela, podendo ser determinada quanto à natureza, à função, à contabilização, ao produto e à formação ou produção. Exemplos: matéria-prima, mão de obra direta utilizada na produção. Nesse contexto, verifica-se que a classificação dos custos em diretos e indiretos é feita quanto ao produto;
- e) Despesa: são gastos com bens e serviços não utilizados nas atividades produtivas e consumidos direta ou indiretamente para a obtenção de receitas, que provocam redução do patrimônio. Também podem ser definidas como valores gastos com a comercialização e a administração das atividades empresariais. Geralmente, são gastos mensais. São efetuados para a obtenção de bens e serviços aplicados na área administrativa, comercial ou financeira, visando, direta ou indiretamente, à obtenção de receitas. Compreendem as despesas: despesas diretas - são as diretamente relacionadas ao faturamento, tais como comissões de vendas, impostos diretos sobre o faturamento, fretes de entrega; despesas indiretas: são as que não dependem do faturamento, sendo necessárias às atividades de suporte administrativo, comercial e operacional geral, tais como salários e encargos sociais, prestadores de serviço diversos, tarifas públicas, aluguéis, e condomínios, gerais, financeiras etc.;
- f) Perdas: são bens ou serviços consumidos de forma anormal e involuntária. Trata-se de gastos não intencionais decorrentes de fatores externos, fortuitos ou da atividade produtiva normal da empresa. Exemplos: o gasto com mão de obra durante um período de greve é uma perda, e não um custo de produção; perdas com estoques deteriorados; incêndios;
- g) Desperdícios: gastos originados dos processos produtivos ou de geração de receitas que podem ser descartados sem prejuízo da qualidade ou quantidade de bens, serviços ou receitas geradas (CREPALDI; CREPALDI, 2017, p.XX).

Essas terminologias foram criadas com o intuito de facilitar o entendimento e a identificação de cada informação para o usuário.

No mundo globalizado em que vivemos, manter o desperdício é sinônimo de prejuízo, visto que ele não pode ser repassado para os preços. Alguns exemplos de desperdício são: cargos intermediários de chefia e supervisão desnecessários, retrabalho decorrente de defeitos de fabricação, relatórios sem utilidade (CREPALDI; CREPALDI, 2017).

Sendo assim, o custo está presente nas decisões mais simples à mais complexa, tendo um impacto direto ou indireto. Não há

como tomar uma decisão sem analisar os custos envolvidos, pois o seu comportamento é um fator determinante do resultado final (COSTA, 2019 *apud* ADRIANO; SILVA, 2021, p. 6).

2.3 ELEMENTOS QUE FAZEM PARTE DO CUSTO DE FABRICAÇÃO, MATERIAIS, MÃO DE OBRA, GASTOS GERAIS DE FABRICAÇÃO

Segundo Ribeiro (2017), existem três elementos que fazem parte do custo de fabricação: materiais, mão de obra e gastos gerais de fabricação. Materiais são os objetos utilizados no processo de fabricação, podendo ou não entrar na composição do produto. Conforme esse autor, podem ser classificados como:

- a) **Matéria-prima:** substância principal e indispensável na fabricação de um produto. Entra na composição do produto de maneira preponderante em relação aos demais materiais. Exemplo: em uma indústria de móveis de madeira, a madeira é a matéria prima.
- b) **Materiais secundários:** materiais aplicados na fabricação em menores quantidades que a matéria-prima. Eles entram na composição dos produtos, juntamente com a matéria-prima, complementando-a ou até mesmo dando o acabamento necessário ao produto. Exemplo: os materiais secundários para uma indústria de móveis de madeira são o prego, a cola, o verniz, as dobradiças, os fechos etc.;
- c) **Materiais auxiliares:** todos os materiais que, embora necessários ao processo de fabricação, não entram na composição dos produtos. Exemplo: para uma indústria de confecções, são utilizadas facas para o corte dos tecidos;
- d) **Materiais de embalagem:** destinados a acondicionar ou embalar os produtos antes que eles deixem a área de produção. Exemplo: os materiais de embalagem em uma indústria de móveis de madeira podem ser as caixas de papelão;
- e) **Mão de obra:** o esforço do homem aplicado na fabricação dos produtos. Compreende não apenas os gastos com salários, mas também com benefícios a que os empregados têm direito, como cestas básicas, vale-transporte, vale-refeição e outros. Acrescentam-se à mão de obra, ainda, os encargos sociais de

obrigação da empresa, como a Previdência Social da parte patronal e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

- f) Custos indiretos de fabricação (CIF): são os demais gastos necessários para a fabricação dos produtos, os quais, pela própria natureza, não se classificam como materiais ou como mão de obra. Exemplo: são os gastos com aluguéis, energia elétrica, serviços de terceiros, manutenção da fábrica, depreciação das máquinas.

Em relação aos custos de fabricação, eles são divididos em 2 tipos: custos diretos e custos indiretos. Custos diretos são os gastos com materiais, mão de obra e gastos gerais de fabricação aplicados diretamente na fabricação dos produtos. “São assim denominados porque, além de integrarem os produtos, suas quantidades e seus valores podem ser facilmente identificados em relação a cada unidade de produto fabricado” (RIBEIRO, 2017, p. 24).

Ainda de acordo com esse autor:

Custos Indiretos compreendem os gastos com materiais, mão de obra e gastos gerais de fabricação aplicados indiretamente na fabricação dos produtos. São assim denominados porque, além de não integrarem os produtos, é impossível uma segura identificação de suas quantidades e de seus valores em relação a cada unidade de produto fabricado (RIBEIRO, 2017, p. 24).

Relacionado ao volume de produção, os custos podem ser fixos ou variáveis. Custos fixos são aqueles que permanecem estáveis, independentemente de alterações no volume da produção. São custos necessários ao desenvolvimento do processo industrial em geral, motivo pelo qual se repetem em todos os meses do ano (RIBEIRO, 2017).

São custos fixos: aluguel da fábrica, água (utilizada para consumo do pessoal e limpeza da fábrica), energia elétrica (utilizada para iluminação da fábrica), salários e encargos dos mensalistas que trabalham na manutenção e limpeza da fábrica, seguro do imóvel, segurança da fábrica, telefone, depreciação normal das máquinas, salários e encargos dos supervisores da fábrica etc. (RIBEIRO, 2017, p. 26).

Custos variáveis são aqueles que variam em decorrência do volume da produção. Então, quanto mais produtos forem fabricados em um período,

maiores serão os custos variáveis (RIBEIRO, 2017). Por exemplo: para fabricar uma saia é preciso 1,5 m de tecido, para 50 saias serão necessários 75,00 m desse mesmo tecido. Assim, quanto maior for a quantidade fabricada, maior será o consumo de matéria-prima e, por consequência, maior será o seu custo (RIBEIRO, 2017).

É importante lembrar que, em relação ao volume de produção, entre os custos fixos é comum alguns possuírem uma parcela variável e, entre os custos variáveis, também é comum alguns possuírem uma parcela fixa. Daí as denominações de custos semifixos e custos semivariáveis. Portanto, segundo Ribeiro (2017, p. 26), “[...] custos semifixos são os custos fixos que possuem uma parcela variável. Exemplo: a energia elétrica. A parcela fixa da energia elétrica é aquela que independe da produção do período, sendo utilizada, em geral, para a iluminação da fábrica”.

A parte variável é aquela aplicada diretamente na produção, variando de acordo com o volume produzido. Isso, evidentemente, só ocorre quando é possível medir a parte variável (RIBEIRO, 2017).

3 SISTEMAS DE CUSTEIO

O sistema de custeio permite traçar todos os modelos de decisão, traduzindo as formas de custeio em modelos de mensuração pois é a base da estruturação. E, o primeiro é definido pela empresa, tem como finalidade identificar e definir quais os caminhos possíveis para a apuração do custo unitário dos produtos e serviços finais. Após a definição do método, a empresa pode utilizar uma ou mais formas de custeio, que consiste em identificar e definir quais as possibilidades de atribuição de valor para os recursos utilizados no processo considerando o método utilizado (PADOVEZE, 2010 *apud* ADRIANO; SILVA, 2021).

Sistemas de custeio referem-se às várias possibilidades possíveis de decisão sobre quais elementos de custos devem ou não ser apurados na mensuração do custo dos produtos individuais, considerando-se a natureza e o comportamento daqueles elementos em relação às oscilações do volume de produção, ou seja, custos fixos ou variáveis (ROCHA; MARTINS, 2015).

3.1 CUSTEIO POR ABSORÇÃO

Custeio absorção ou custeio pleno consiste na apropriação de todos os custos (sejam eles fixos ou variáveis) à produção do período. Os gastos não fabris são excluídos e considerados gastos de período (FONTOURA, 2013). Segundo o autor,

A característica mais forte do sistema é que todos os custos de produção são alocados aos produtos, mas tão somente os custos de produção, sendo as despesas de estrutura, comercialização, administração, reconhecidas como custos do período, não sendo distribuídos aos produtos. Dessa forma, os custos dos produtos são basicamente matérias-primas, mão de obra, depreciação, e outros custos ligados diretamente à produção, como energia elétrica rateada (FONTOURA, 2013, p. 84).

No Brasil, optou-se pela legislação comercial e fiscal, que é válida para apresentações financeiras. Sob esse método, os custos de produção podem ser apropriados diretamente no período como o material direto e mão de obra direta e, indiretamente, sendo o caso dos custos indiretos de fabricação. As despesas, que são os gastos que não pertencem ao processo produtivo, são excluídos (CREPALDI, 2009 *apud* ADRIANO; SILVA, 2021).

3.2 CUSTEIO VARIÁVEL

Custeio variável, também conhecido como custeio direto, é um tipo de custeamento que considera como custo de produção de um período somente os custos variáveis incorridos, excluindo os custos fixos, os quais são tratados como despesas do período (CREPALDI; CREPALDI, 2017).

É importante salientar que, no Brasil, o uso do custeio variável ou direto se restringe a fins gerenciais, uma vez que, oficialmente, tanto por determinação do Fisco quanto pela observância do regime de competência, para o custeamento dos produtos fabricados deve-se adotar o sistema de custeio por absorção, que contempla como custo de produção tanto os custos diretos (variáveis) quanto os custos indiretos (fixos) (RIBEIRO, 2017).

Esse sistema concentra-se no fato de que os custos indiretos, por serem independentes do volume de fabricação, representam gastos fixos que

se repetem em todos os meses e são necessários para a operacionalização normal da empresa. Assim, haja ou não produção, esses gastos ocorrerão (RIBEIRO, 2017).

3.3 CUSTEIO ABC

Este método deriva do inglês *Activity-Based Costing*, ou custeio baseado em atividades. Trata-se de um sistema de custeio que se caracteriza pela atribuição dos custos indiretos aos produtos por meio de atividades (RIBEIRO, 2017). De acordo esse autor,

O ABC, por meio do qual os custos indiretos de fabricação são atribuídos aos produtos de forma mais justa que as adotadas pelos sistemas tradicionais, passou a ser utilizado em maior escala no final do século XX, com o advento da informática, embora já tenha sido utilizado, menos acentuadamente, no passado. Tal sistema fundamenta-se no fato de que as atividades consomem recursos e os produtos consomem atividades. Por esse motivo, os CIFs devem ser transferidos aos produtos com base nas atividades que cada um consumiu. Assim, os CIFs são transferidos inicialmente para as atividades e delas para os produtos (RIBEIRO, 2017, p. 344).

3.1.1 Direcionadores de custos e de atividades

Direcionador de custos e de atividades é o fator que demonstra a relação entre o consumo do recurso e a atividade ou entre as atividades e os produtos, destacando-se que os custos acumulados nos departamentos, para serem alocados aos produtos seguem dois estágios: no primeiro, os custos são transferidos dos departamentos para as atividades e, no segundo, os custos são transferidos das atividades para os produtos (RIBEIRO, 2017).

Os direcionadores de primeiro estágio, também denominados direcionadores de custos ou direcionadores de recursos, são utilizados para a alocação dos custos às atividades. Esses, por sua vez, indicam como as atividades consomem recursos. Já os direcionadores de segundo estágio, também denominados direcionadores de atividades, são utilizados para a alocação dos custos acumulados nas atividades para os produtos. Eles indicam como os produtos consomem as atividades (RIBEIRO, 2017).

3.1.2 Análise Custo-Volume-Lucro (CVL)

A análise Custo-Volume-Lucro (CVL) é uma ferramenta que possibilita antecipar o impacto no lucro do período ou no resultado desejado, de alterações ocorridas (ou previstas) no volume vendido (quanto ao número de unidades), nos preços de venda (como descontos ou aumentos) e nos valores de custos e despesas, sendo eles fixos ou variáveis (VEIGA; SANTOS, 2016).

Essa técnica permite estudar a ligação entre custos, volume ou nível de atividades e receitas para medir sua influência sobre o lucro. Na verdade, os fundamentos da análise de custo-volume-lucro estão intimamente relacionados ao uso de métodos de custo no auxílio de decisões de curto prazo, característica do método de custeio variável (CREPALDI; CREPALDI, 2017).

Essa análise é de extrema relevância, pois apoia relativamente às decisões de fabricar ou comprar; introdução de linhas de produto; determinação de preços de venda; dimensionamento da empresa (CREPALDI; CREPALDI, 2017).

Por meio da análise de custo-volume-lucro obtém-se diversas informações importantes que auxiliam na tomada de decisões, além das apresentadas acima temos também a Margem de Contribuição e o Ponto de Equilíbrio (Contábil, Econômico e Financeiro) que, para um melhor entendimento, estão explanados nos próximos tópicos.

3.1.2.1 Margem de contribuição

Conforme evidenciam Crepaldi e Crepaldi (2017), a Margem de Contribuição é um conceito importante para o método de custeio variável e para a tomada de decisões gerenciais. De acordo com esses autores:

Em termos de produto, a margem de contribuição é a diferença entre o preço de venda e a soma dos custos e despesas variáveis. É o valor que cada unidade efetivamente traz à empresa de sobra entre sua receita e o custo que de fato provocou e lhe pode ser imputado sem erro. A finalidade da margem de contribuição é cobrir as despesas fixas e formar o lucro da empresa (CREPALDI; CREPALDI, 2017, p. 166).

No custeio variável todos os custos e despesas variáveis (inclusive as

despesas de vendas e administração) são deduzidos da receita, embora as despesas variáveis não façam parte do custo do produto, resultando na margem de contribuição. É definida como a diferença entre a receita menos a soma de custos e despesas variáveis (CREPALDI; CREPALDI, 2017).

Quadro 1 - DRE Contribuição

Venda (RT)
(-) Custos Variáveis
Margem de Contribuição
(-) Custos Fixos
(=) Lucro/Prejuízo Operacional

Fonte: Crepaldi e Crepaldi (2017, p. 176).

3.1.2.2 Ponto de equilíbrio

O ponto de equilíbrio é o estágio alcançado pela empresa no momento em que suas receitas totais são iguais aos custos e despesas totais. Nesse estágio, a situação econômica da empresa estará em pleno equilíbrio, isto é, a receita total é suficiente para cobrir os custos e as despesas totais - não há lucro nem prejuízo. “Ponto de equilíbrio (em inglês, break-even point) é o estágio alcançado pela empresa no momento em que as receitas totais se igualam aos custos e despesas totais” (RIBEIRO, 201, p.447).

a) Ponto de Equilíbrio Contábil (PEC)

É o ponto de igualdade entre receita total e custo total, pois são levados em consideração todos os custos e despesas articulados ao funcionamento da empresa. Quando há volume financeiro suficiente para cobrir todos os custos e despesas fixas, nesse ponto, não terá lucro nem prejuízo (CREPALDI, 2009).

Fórmula: $PEC = CDFT/MCU$

Onde:

PEC = Ponto de equilíbrio contábil;

CDFT = Custos e despesas fixos totais;

MCU = Margem de contribuição unitária.

Exemplo: Considere os seguintes dados extraídos dos registros contábeis de uma empresa industrial, em 31 de dezembro de X1:

Custos + despesas variáveis = \$50 por unidade; Custos fixos + despesas totais = \$900.000 por ano; Preço de venda = \$80 por unidade. Pede-se: com base nos dados apresentados, calcular o ponto de equilíbrio contábil

Solução:

Inicialmente, é necessário calcular a margem de contribuição unitária: $MCU = 80 - 50$ $MCU = 30$

Ponto de equilíbrio contábil: $PEC = 900.000/30 = 30.000$ un

Isso significa que, para atingir o ponto de equilíbrio contábil, ou seja, para que a suas receitas sejam equivalentes aos custos, embora a receita seja suficiente, pelo menos, para cobrir os custos e as despesas totais, a empresa precisa fabricar e vender 30.000 unidades do produto.

Assim, para conhecer o PEC em unidade monetária (\$), faremos: $30.000 \text{ un} \times \$80 = \$2.400.000$ (RIBEIRO, 2017).

b) Ponto de Equilíbrio Econômico (PEE)

Confronta outras opções de investimento ao mostrar a rentabilidade real que a empresa traz. O PEE ocorre quando se tem a existência de lucro na empresa, assim, busca comparar a taxa de atratividade que o mercado financeiro proporciona ao capital que foi investido através da demonstração do lucro (CREPALDI, 2009).

Fórmula: $PEE = CDFT + ML/MCU$

Onde:

PEE = Ponto de equilíbrio econômico;

CDFT = Custos e despesas fixos totais;

ML = Margem de lucro;

MCU = Margem de contribuição unitária.

c) Ponto de Equilíbrio Financeiro (PEF)

Considerando que os resultados contábeis e econômicos não são iguais aos financeiros, os custos considerados no PEF são apenas os custos desembolsados que podem endividar a empresa. Desta forma, ele é representado pelo volume de vendas necessárias para que a empresa possa cumprir com suas responsabilidades financeiras (CREPALDI, 2009).

Fórmula: $PEF = CDFT - CDNF/MCU$

Onde:

PEF = Ponto de equilíbrio financeiro;

CDFT = Custos e despesas fixos totais;

CDNF = Custos e despesas não financeiras;

MCU = Margem de contribuição unitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contabilidade de custos surgiu com a necessidade de uma ferramenta para auxiliar na mensuração e na forma que os estoques eram avaliados, decorrente das contínuas mutações que foram ocorrendo desde a Revolução Industrial, em que as organizações estavam se transformando em indústrias. Com isso, a maneira de avaliação de estoques disponível estava ficando ultrapassada para esses novos modelos de organizações.

Ao longo dos tempos, o conhecimento acerca do produto fabricado foi expandindo e, concomitantemente, a contabilidade de custos foi sofrendo diversas alterações resultantes da necessidade de maior entendimento ao contexto da evolução das organizações, até chegar nos modelos que conhecemos hoje.

Para padronizar e facilitar o entendimento da contabilidade de custos,

foram criadas terminologias específicas; o que auxiliou na tomada de decisões no que se refere às opções de produção, criação de preço e opções entre produção própria ou terceirizada. A contabilidade de custos contribui na determinação do lucro, processando as informações contábeis, ajuda na produção de dados sobre a rentabilidade e desempenho de diversas áreas da entidade, auxiliando no planejamento e controle e no desenvolvimento das operações. Isso é possível, porque com essas ferramentas podem ser realizadas análises minuciosas de toda a produção, detalhando a forma que cada recurso foi alocado aos produtos, e também onde há necessidade de mudanças ou até mesmo auxilia a identificar falhas no sistema de produção.

REFERÊNCIAS

ADRIANO, Elza Vitória Hemily; SILVA, Clesiomar Rezende. Contabilidade de custos: relevância e influência na gestão das empresas e auxílio na tomada de decisão empresarial. **Revista de Estudos Interdisciplinares do Vale do Araguaia**, Jussara, v. 4, n. 1, p. 30-49, 2021. Disponível em: <http://reiva.emnuvens.com.br/reiva/article/view/167>. Acesso em: 5 set. 2022.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Curso básico de contabilidade de custos**. 4.Ed. São Paulo, Atlas, 2009. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978859647627721/>. Acesso em: 8 set. 2022.

CREPALDI, Silvio Aparecido; CREPALDI, Guilherme S. **Contabilidade de custos**. 6. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2017. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597014181/>. Acesso em: 8 set. 2022.

FONTOURA, Fernando Batista Bandeira. **Gestão de custos**: uma visão integrada e prática dos métodos de custo. São Paulo: Grupo GEN, 2013. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522483723/>. Acesso em: 9 set. 2022.

RIBEIRO, Osni M. **Contabilidade de custos**. São Paulo: Saraiva, 2017. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547228392/>. Acesso em: 10 set. 2022.

ROCHA, Welington; MARTINS, Eliseu. **Métodos de custeio comparados**: custos e margens analisados sob diferentes perspectivas. 2. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2015. *E-book*. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522498314/>. Acesso em: 14 set. 2022.

VEIGA, Windsor E.; SANTOS, Fernando de A. **Contabilidade de custos: gestão em serviços**. São Paulo: Grupo GEN, 2016. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597008357/>. Acesso em: 29 set. 2022.